

Langoni acha que acordo com credor não sai em 87

O fim do processo de refinanciamento do endividamento externo, passando pela reestruturação das dívidas, adaptada à capacidade de pagamento dos países e criando-se condições para os bancos conviverem com formas alternativas à renegociação. Esse é o quadro visto pelo ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, como a postura mais realista a ser adotada daqui para frente. E parte do reconhecimento de que parte da dívida terá de ser absorvida pelos credores, tomando por base os valores de mercado secundário para os títulos dos países em desenvolvimento (deságios variando entre 80% a 50%).

Langoni não vê possibilidade de mudança significativa no quadro externo até o fim deste ano e nem possibilidade de acordo com os bancos credores. Para 1988 o ex-presidente do BC traça dois cenários distintos: o primeiro, que considera ideal, começa com o sucesso do Plano Bresser — apesar de entender ser praticamente impossível reduzir para 3,5% do PIB o déficit — com contenção dos gastos públicos e da inflação e superávits na balança comercial. O que dará

condições ao Brasil de entrar em 88 com meios de sair da moratória e fazer um acordo favorável com os credores.

No cenário alternativo, mais complicado, Langoni em conferência promovida pelo Cedeg prevê grandes dificuldades de negociação externa, a partir da não implementação adequada do Plano de Consistência Macroeconômica, com turbulências econômicas — inflação voltando para os dois dígitos e déficit fora de controle. Segundo ele, o cenário pouco favorável só mudará caso outros países em desenvolvimento se unam na hora da negociação.

Sobre a conversão da dívida em investimento de risco, Langoni disse que deve ser entendida como oportunidade de mercado para viabilizar processos de investimentos privados, que não aconteceriam em momentos de incerteza política e econômica. Com a vantagem de substituir o pagamento de juros pela remessa de dividendos, caso o investimento se torne lucrativo. “É preciso recolocar o país no processo de captação de recursos, mas trocando o endividamento por capital de risco”.